

Prefácio

O reconhecimento científico do espaço preenchido pelas mulheres na sociedade tem conduzido em quase todos os domínios a uma redefinição institucional e conceptual. Também foi o caso do Estado-Providência. Face à crítica feminista, Esping-Andersen acrescentou o novo conceito de familiarização ao conceito de desmercantilização. Na sua origem o Estado-Providência, alicerçado sobre a base abstrata do chefe de família masculino, excluía de facto a mulher na sua condição de mãe, função primordial e insubstituível durante séculos. Apenas a inclui plenamente como trabalhadora abstrata, subentenda-se sem encargos familiares. Também assim sucedeu nas formas modernas de seguros privados, as associações mutualistas, na sua fase inicial. Para um conhecimento completo das relações do Estado e das instituições privadas nas suas funções de protecção social da mulher na época considerada, 1880-1943, impunha-se assim a inclusão do universo da assistência social. A previdência social implica a poupança para precaver situações futuras; ora só pode poupar quem trabalha e a quem se atribui a responsabilidade financeira individual em relação ao agregado familiar e a si mesmo. Em geral, ao trabalho da mulher é atribuída apenas uma função financeira complementar e secundária.

O amplo estudo de Virgínia Baptista revelou a presença feminina nas instituições de previdência privadas, nomeadamente nas associações mutualistas, em dimensão até agora desconhecida. Mas neste contexto, as funções de procriação essenciais à sobrevivência da sociedade foram quase sempre desvalorizadas e excluídas, justificando-se isso pela sua especificidade. Por isso surgiram as mutualidades maternas. Poderíamos interrogar-nos porque não se instituíram também mutualidades para deficientes e idosos, dada a sua especificidade. É de toda a evidência uma questão ideológica que se prende com o conceito de género na época estudada.

Bem pelo contrário as presenças da mulher-mãe e da infância dominam a área da assistência social. A assistência social visa resolver situações

imediatas que caracterizam o universo daqueles que não podem poupar e ajudá-los a precaverem-se em relação a diferentes níveis de sobrevivência, desde a alimentação, à saúde e à educação básica. É o universo dos fracos, dos que é preciso proteger: as mulheres e as crianças, que são sempre da responsabilidade da mãe, com os «cuidados ditos maternos» ou o trabalho gratuito. A componente masculina da assistência social, mal estudada ainda, recobria provavelmente os adultos deficientes, idosos e os desempregados, raramente os trabalhadores ativos.

No âmbito deste estudo, impressiona a discrepância entre a presença marginal da mulher e das crianças no domínio da previdência, em contraste com a ampla cobertura do universo feminino e infantil pela rede assistencial. Este contraste revela a conceção do género que permeava o Estado e as instituições nestes dois domínios, em consonância com a «invisibilidade» do trabalho feminino no mercado de trabalho, estudada por Virgínia Baptista no seu precedente livro. Em ambos os casos – o mercado de trabalho e a proteção social – a política constrói o género e o género constrói a política como apontou Joan W. Scott. «A inscrição das mulheres na história implica o redefinir e alargar das noções tradicionais de significado central na história, envolvendo não só a área pessoal e subjetiva, mas também as atividades públicas e políticas» (*Liberating Women's History*). As funções específicas da mulher só em época muito recente vieram a dar lugar a direitos sociais próprios, em simultaneidade com a alteração das relações de género, como a lenta evolução que percorreu três regimes políticos diferentes, de 1880 a 1943 em Portugal, permite compreender.

O livro que agora se publica, e que tão bem problematiza as questões acima evocadas, resulta de uma tese de doutoramento defendida no ISCTE-IUL em 2013 e a que foi depois atribuído o prémio Silva Leal (2014). Um prémio instituído pelo ISCTE e pela Secretaria de Estado da Segurança Social com o objetivo de galardoar trabalhos com especial relevo para o estudo das políticas e das práticas no sector da segurança social, da solidariedade e da economia social.

Na verdade trata-se de um trabalho de grande fôlego, nesta matéria, que tem por base uma investigação empírica aprofundada e em muitos casos exaustiva, que permitiu alargar, em várias direções, os conhecimentos sobre a proteção e a assistência prestadas às mulheres trabalhadoras e às crianças num período bastante longo.

A autora percorre, assim, um vasto leque de instituições cuja ação vai da intervenção beneficente, como a da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instituição tutelada pelo Estado, às enfermarias e maternidades públicas, mas também privadas, que acolhiam geralmente as grávidas em

situação de carência financeira, ou em situação familiar tida por reprovável (mães solteiras) ou mesmo às maternidades de unidades fabris, destinadas às suas operárias. Várias outras formas de ação beneficente são percorridas e vemos emergirem também nesta obra as primeiras formas de assistência materno-infantil, dos dispensários, lactários e creches a uma instituição unicamente dedicada à proteção às crianças, a Associação Protectora da Primeira Infância de Lisboa fundada em 1901, assim como outras instituições particulares destinadas ao mesmo fim.

Como já foi referido, Virgínia Baptista ocupa-se também longamente da previdência sob a forma privada, mutualista e associativa, que chegará decididamente à fase das políticas públicas na I República, num dos capítulos mais interessantes e originais do seu livro, o capítulo sobre as associações de socorros mútuos, uma das secções que incorporam um trabalho de pesquisa mais minucioso e que é, só por si, um inestimável contributo à história geral do mutualismo português e não apenas à do mutualismo feminino. Cabe referir, neste sentido, que a autora explorou cuidadosamente o fundo documental, que se encontra na Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, efectuando um levantamento inédito destas instituições que ficará, sem dúvida, como um dos grandes contributos desta obra para a história contemporânea da solidariedade e da previdência em Portugal e também do associativismo.

Com uma pesquisa documental notável, neste e noutros fundos como os da Misericórdia, do Hospital de São José (enfermaria de Santa Bárbara), entre outros, a exaustiva pesquisa e o rigoroso inquérito das fontes a que Virgínia Baptista procede não deixaram nunca de ser inseridas num quadro teórico e problemático atualizado e informado, dialogando com ele de forma sempre pertinente os múltiplos materiais empíricos reunidos.

O seu último capítulo, em que percorre um bairro operário da Lisboa (o bairro de Xabregas), dos finais de Oitocentos e dos inícios do século XX, acompanhando os passos das operárias e dos operários que o trilhavam quotidianamente, inserindo-os num espaço urbano concreto, apontando as dificuldades que enfrentavam no dia a dia, e os recursos, escassos, de que dispunham, é, sem dúvida, um exemplo de como é possível, numa mesma obra, teorizar, analisar e, simultaneamente, dar voz aos protagonistas da teoria e da análise. Também nesse sentido o livro de Virgínia Baptista que aqui se apresenta faz a diferença. Possam muitos leitores beneficiar dessa singularidade.

*Miriam Halpern Pereira
Fátima Sá e Melo Ferreira*